

arqSUL

2 OPINIÃO

3 CONVIDADO

4

5 VISÃO DE FUTURO

6 FORMAÇÃO

7 CONCURSOS

8 NOTÍCIAS



3 ADRIANO MOREIRA

"Tem de haver articulação entre o aparelho do ensino, que apenas qualifica academicamente, e as organizações profissionais que estão a ser chamadas a verificar, não apenas a ética profissional, mas capacidade técnica para a exercer."

Acesso à profissão

DEMOCRATIZAÇÃO QUALIFICADA

Democratiz

O edifício apresentado nesta edição localiza-se em Telheiras (Lisboa) sendo promotor a Cooperativa de Habitação "Coociclo". É um edifício de habitação multifamiliar com 48 fogos, realizado entre 1994 e 1997. O projecto é da autoria da Promontório Arquitectos com João Luis Ferreira (coordenador), João Perloiro, Paulo Perloiro, Paulo Martins Barata, Pedro Appleton, colaboração de Luis Teixeira, Frederico Carvalho, Ana Cambezes e Miguel Pires.



Se a massificação pode conduzir à banalização, já o mesmo não se pode inferir indiscriminadamente da inevitabilidade dos seus malefícios.

É um facto que hoje, a mediatização de tudo na famigerada sociedade da informação difunde em velocidades cósmicas incontroláveis, ideias, referenciais, "slogans" e acima de tudo aquilo que se pode designar por "novos preconceitos" de primitivismo fundamentalista estereotipado e desfasado no tempo.

É assim que o significado das palavras e as suas conotações semânticas, através do uso inadequado, intencional ou não, das mesmas, constitui um novo instrumento de padronização castradora da mente colectiva. Aqueles que aparentemente se preocupam com a massificação/banalização acabam por ser os novos ditadores da padronização cultural mais elitista de sempre.

Que incompatibilidade há então entre este pensamento e a presente realidade? Serão os mesmos que ontem reclamavam a cultura para as massas, que hoje, talvez com receio da perda de privilégios, deturpam intencionalmente o sentido das coisas, numa atitude desesperada, conservadora e egocêntrica tentando manter-se fechados sobre si próprios receosos do confronto?

Não é a mesma coisa massificar ou

banalizar comportamentos sociais reprováveis e massificar (democratizar) a cultura e o livre acesso à mesma, sendo que ambas podem conduzir aquilo que podemos (se quisermos) enquadrar na banalização, não no sentido pejorativo do termo que lhe queiramos inculir, mas tão simplesmente no plano da normalidade ou vulgaridade qualificada (sociedade perfeita?). Isso é mau? No primeiro caso sim, no segundo não.

A democratização do ensino não pode reduzir-se ao plano teórico, porque seria redutora da essência de que advém. Inevitavelmente os privilégios banalizam-se, vulgarizam-se, democratizam-se... e ainda bem.

Claro que as consequências são eventualmente incómodas para aqueles que descansam letárgica e confortavelmente nos grupos de elite dominante da profissão. Não queiram convencer-me de que a criação das Ordens Profissionais tem a sua legitimidade de origem na necessidade do controlo da qualidade do exercício profissional em função da quantidade! Para os que assim pensam, proponho que façamos uma reflexão acerca dos resultados do exercício profissional das últimas décadas, enquanto éramos poucos. Da produção arquitectónica (?) desse grupo inofensivo (?) porque restrito, não se podem

os arquitectos excluir da responsabilidade, ainda que parcial, do "notável" ordenamento do território, preservação do património construído, da paisagem e qualidade arquitectónica do edificado, cuja pesada herança é o campo de intervenção para os arquitectos de hoje. Todos conhecemos e reconhecemos naturalmente as excepções, que confirmam a generalização da ausência de qualidade



zação qualificada

da produção arquitectónica nas últimas décadas. A profissão não estava massificada (?): não ... Então?

O que se alterou dessa altura até hoje? Duas coisas pelo menos: Primeiro, NADA.

O castrador 73/73 manteve e mantém a paradoxal permissividade de leigos subscreverem projectos ditos de arquitectura — porque de arquitectura não se trata certamente.

No entanto, em vastas áreas metropolitanas e outras do país, planos, projectos de edifícios etc. que só podem ter sido obras subscritas por arquitectos são bem reveladoras de péssimas intervenções e a classe tem de carregar este fardo por mais pesado que ele seja. Nessa altura os arquitectos eram poucos e presumo que o ensino da Arquitectura não estava massificado! Sejam humildes e façamos o nosso acto de contrição... mesmo os agnósticos.

Segundo, TUDO.

O crescente número de arquitectos, uns mais jovens, outros menos, tem como resultado da oportunidade que lhes foi dada (de resto constitucionalmente consignada) de escolherem o seu ofício, constituindo nichos por todo o País de uma nova consciência e cultura arquitectónica que se

revela através de intervenções diversas, concursos ganhos, etc. reveladores de uma nova altitude e cultura arquitectónica com "Escola", seja ela do Porto, de Lisboa, ou holandesa, mas que anuncia uma geração válida que enquadrará a produção arquitectónica do próximo milénio, fazendo justiça e dando continuidade (espero com diversidade criativa) ao que hoje se pode considerar já a primeira produção arquitectónica portuguesa internacionalmente reconhecida dos consagrados.

Acredito que a cultura e a arte deve a cada vez mais chegar a todos, como forma de nos tornarmos melhores.

Epílogo

1. Mesmo quando éramos poucos, também fomos responsáveis por alguma da mediocridade na produção arquitectónica, o que prova que a dita massificação do ensino/profissão não implica inevitavelmente falta de qualidade.

2. A Arquitectura para os arquitectos continua a ser mentira e tudo indica que continuará a ser, pelo que acima de tudo, e em paralelo com o acompanhamento que a OA deverá fazer da qualidade do ensino estritamente no âmbito do exercício da profissão e na defesa intransigente da arquitectura, tem que orientar todos os seus



OS PRIVILÉGIOS DEMOCRATIZAM-SE

A democratização do ensino não pode reduzir-se ao plano teórico, porque seria redutora da essência de que advém. Inevitavelmente os privilégios banalizam-se, vulgarizam-se, democratizam-se... e ainda bem.

esforços para a aniquilação daquela aberração legislativa que só promove interesses económicos e corporativos de grupos profissionais totalmente alheios à cultura arquitectónica.

3. Só assim se dará oportunidade à nova geração de arquitectos de provarem as suas capacidades por todo o território nacional. O fantasma do desemprego para os arquitectos está por provar até à necessária e urgente extinção do 73/73. De resto, a necessidade de uma Ordem que enquadrasse as diferentes áreas do exercício da profissão talvez sempre tivesse feito falta, mesmo quando éramos poucos, muito mais hoje por maioria de razão.

Contradição? Talvez não... Depende da Ordem de que estamos a falar.

4. A atenção da OA deve no meu entender concentrar-se em matéria muito mais vasta, e que atinge os contornos mercantilização da profissão designadamente pelos efeitos de padronização das directivas dos senhores tecnocratas da CE. Enquanto estoicamente se foi consolidando uma "nova arquitectura portuguesa", fomos sendo envolvidos nas teias doutrinárias inquestionáveis das Directivas, cuja virótica influência já produziu efeitos perversos, caso da Áustria, Grã-Bretanha e da vizinha Espanha, onde por via da pressão política — leia-se económica — europeia, os arquitectos espanhóis viram-se despojados da sua autoridade responsável, perdendo o apoio regulador fundamental dos Colégios de Arquitectos, votando ao abandono e livre arbítrio das leis do mercado especulativo, não cultural, a qualidade dos projectos

(licenciamentos) até então analisados pelos Colégios, assim como o justo valor dos seus honorários. Tudo em nome da globalização, pseudo democratização e livre concorrência: a lei da selva. Tudo isto num país onde a formação dos arquitectos e a qualidade da produção arquitectónica está a "anos luz" do nosso.

Acresce que nós temos o 73/73... eles não.

É na consolidação duma verdadeira cultura arquitectónica, que passa pelas adequadas formações académica e profissionalizante contínuas que nos devemos concentrar, e cujo espelho desta virtualidade poderá passar por uma Ordem dos Arquitectos, cuja prática permanentemente culta e competente das suas iniciativas e acções se transforme através de uma imagem insuspeita, plural, de excelência, no instrumento fundamental de defesa do património construído e do território. O papel social do arquitecto como homem com uma visão universalista, poder de síntese conciliador da arte, técnicas e humanidades, está no centro de gravidade da resolução dos problemas do ordenamento do território, da paisagem e do edificado.

Somos muitos? Está por quantificar quantos fazem o que não lhes diz respeito e aos arquitectos pertence.

Substituam-se já!

Lisboa, 99/11/11

MANUEL ALEXANDRE SILVA FERNANDES,
Arquitecto, Presidente do Conselho
Regional de Admissão da O.A.

